



VISIBILIDADE E AÇÃO LESBIANA NA DÉCADA DE 1980: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA E DO *BOLETIM CHANACOMCHANA*

Patrícia Lessa

Universidade Estadual de Maringá

E-mail: mafalda_cat@yahoo.com.br

Resumo: *O período de 1975 – 1982 corresponde a uma fase importante de expressão de movimentos sociais na resistência ao regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. No período de repressão militar, os movimentos de mulheres, de lesbianas e de gays reivindicam um local de fala no discurso social. No contexto brasileiro, as organizações de mulheres em movimentos sociais se intensificam, denunciando a dominação sexista, enquanto lesbianas e gays questionam os padrões de masculino e de feminino. Para construir indícios representativos das lesbianas na história dos movimentos sociais em luta contra o regime ditatorial, destacamos a militância lesbiana do GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e a criação e veiculação do Boletim Chanacomchana (1981–1987). O vínculo entre a militância contra o regime ditatorial e a militância lésbico-feminista é marcante nos escritos dos boletins que são fontes de nossa pesquisa que tem nos estudos feministas e na teoria das representações sociais os marcos teóricos para sua análise.*

Palavras-chave: *lesbianidade; teorias feministas; movimentos sociais; ditadura militar.*

Introdução: para uma geografia política das lesbianas

Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado realizada no curso de História, na área de concentração em Estudos Feminista e de Gênero, na Universidade de Brasília. A tese sobre corporeidade lesbiana nos movimentos sociais (1979-2006) será recortada contemplando a discussão sobre a militância lésbico-feminista na





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

produção das lesbianas, destacando o *Boletim Chanacomchana*. O boletim foi criado em 1981 por militantes do GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista), dissidentes da facção Lésbico-Feminista (LF) existente no SOMOS. O material utilizado neste recorte aponta as políticas de visibilidade empreendidas na luta contra a violência, o estigma social e o preconceito sofrido por lesbianas. Indo ao encontro das atuais propostas dos grupos lesbianos, adotamos as terminologias lesbiana e lesbiandade, em oposição aos termos lésbica e lesbianismo, que surgem no discurso científico do século XIX com conotação patológica ou ligados à criminalística.

Para Soihet (2005, p. 1-2), “nos anos 60/70 boa parte do mundo parecia estar de ‘ponta cabeça’. Naqueles anos irrompeu a rebelião contracultural”. Eclode então no mundo ocidental um conjunto de manifestações, como os movimentos feministas e a revolução estudantil de maio de 1968 na França. Ocorre também neste período o endurecimento das condições políticas na América Latina, com a instituição de governos autoritários, em resposta às exigências da organização democrática dos povos em busca de seus direitos civis e liberdade de expressão, como, por exemplo, direito ao trabalho, à educação, à saúde, ao lazer e à definição participativa de seus destinos.

Em 1964, o Brasil sofre um golpe no processo democrático. Os direitos humanos e as liberdades são usurpados, e passam a vigorar os “Atos Institucionais” (AI), com punições e arbitrariedades, sendo o AI-5 a expressão máxima do terror e do medo provocados pela ditadura militar (RODRIGUES, 2006, p. 21). A tortura, a ausência de liberdade, as perseguições e crimes políticos marcam este período no Brasil. Ao final da década de 1970, aumenta a pressão dos movimentos sociais na luta por direitos, liberdade e democracia. O país conquista a anistia e inicia-se o processo de abertura política que culminaria, em 1985, com a queda do regime militar e a Emenda Constitucional número 25, que convoca as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte (RODRIGUES, 2006, p. 23).

Os embates de força e de poder no Brasil dos anos 1960/1970 fizeram emergir grupos organizados como os movimentos feministas questionadores e combatentes deste regime político. Como diz Soihet (2005, p. 1):

No Brasil, a nova vaga feminista manifestou-se no momento em que o país se via acossado pela ditadura militar, após o golpe de 1964, fator que contribuiu para que o feminismo aqui surgido assumisse características peculiares. De um lado, enfrentou a oposição do governo que via com desconfiança qualquer forma de organização da sociedade, de outro dos grupos de esquerda que consideravam que a luta deveria se polarizar contra o governo autoritário e a desigualdade de classes aqui vigente.

302 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GÊNERO

Fazem parte, portanto, de uma “cultura de resistência”, expressa na crítica ao sistema político nacional, e que desemboca na crítica à modernidade, lançando propostas alternativas aos modos de vida em sociedade:

Inicialmente dirigida ao regime militar, a “revolução cultural” em curso nas décadas de 1960/1970, no Brasil, estende sua crítica à sociedade burguesa, vista como consumista, autoritária, coercitiva, de maneira muito mais ampla, encontrando várias correntes do pensamento internacional envolvidas na crítica da modernidade. (RAGO, 1995-1996, p. 32)

Os movimentos de mulheres dos anos 1970 denunciam a dominação sexista existente, inclusive, dentro de grupos e de partidos de esquerda. Os jornais *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós, Mulheres* (1976-1978) visavam conscientizar as mulheres trabalhadoras, utilizando a linguagem marxista, questionada no início dos anos 1980 com a “explosão desconstrutivista”:

Nesse momento de crítica acentuada à racionalidade ocidental masculina, já não é mais definida apenas como burguesa, partiu-se para a afirmação do universo cultural feminino, em todas as dimensões possíveis. Isto implicava, no campo conceitual e teórico, a emergência de uma linguagem especificamente feminina e daquilo que se considerou como uma epistemologia feminista, suficientemente inovadora em suas conceitualizações e problematizações para apreender as diferenças. Fundamentalmente o feminismo aproxima-se das correntes do pós-modernismo, voltadas para a crítica da racionalidade burguesa ocidental. (RAGO, 1995-1996, p. 36-37)

Em um texto sobre as relações dos feminismos e do pós-modernismo, Margareth Rago (1995/1996) aponta a década de 1920, no Brasil, como um rico campo de embates das questões feministas. De um lado, as Liberais e, de outro, as Feministas Libertárias. Se para aquelas havia uma preocupação em torno dos problemas das mulheres ditas burguesas, para estas não havia negociação com as instituições. Ambas criticam o consumo e a preocupação exagerada com o corpo, porém será nas lutas empreendidas pelas Libertárias que a autora visualiza uma antecipação das discussões que emergem nos anos posteriores: “a bandeira da união sexual fundada no amor livre, que será levantada na década de 1970, já aparecia na imprensa anarquista, no Brasil, desde os primeiros anos do século” (RAGO, 1995-1996, p. 28). Quarenta anos após o “arrefecimento” dos ideais libertários, após a conquista pelo voto, a vitória dos padrões e das normas sexuais e da cristalização da domesticidade emerge uma crítica radical ao modelo de feminilidade e ao modelo familiar então vigente. Assim, nos anos 1960-1970, ao lado de outros movimentos, os feminismos adquirem importância ao questionarem a organização sexual e social de um mundo hierarquizado, e é com base nas reivindicações feministas que as lesbianas constituem seus próprios movimentos para compor suas reivindicações por visibilidade social.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as lesbianas questionam os padrões de masculino e de feminino. Sua busca pela autonomia se faz notar no Brasil

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **303**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

com a criação de grupos como o GALF (São Paulo) e o lamuricumá (Rio de Janeiro) cujos boletins encontramos no Arquivo Um Outro Olhar na cidade de São Paulo e em algumas discussões sobre os mesmos na lista da Internet: <senale@yahoogrupos.com.br>. ¹ Em tais grupos, observa-se claramente a elaboração de estratégias políticas por parte das lesbianas para ganhar visibilidade e para obtenção de direitos. Núcleos de lesbianas organizam-se tanto nos movimentos feministas como nos movimentos gays e dão voz e visibilidade a essa personagem silenciada pela história.

A proximidade desses grupos com os movimentos feministas está na crítica à heterossexualidade obrigatória e na resistência ao patriarcado (CHAMBERLAND, 1996, p. 21-22). Nesse contexto, o lesbianismo político aparece como categoria desligada de conotações sexuais, afirmando, porém, sua recusa à hierarquia entre os sexos e à dominação masculina, marcando posição no interior dos feminismos (NAVARRO-SWAIN, 2002, p. 3). ² Lesbianas e feministas se encontram e desencontram ao longo das múltiplas estratégias políticas, mas é na efervescência dos movimentos feministas dos anos 1970 que o debate irá se acirrar. As questões identitárias de certa forma eram motivo de embates: as feministas procuravam afirmar as mulheres como sujeitos políticos, e as lesbianas partilhavam ou não a identificação com o feminismo, construído, afinal, como o “outro” do humano. Se as lesbianas não são mulheres, como afirmava Monique Wittig (1980, p. 5), sua junção às feministas poderia revelar-se problemática.

Embates também se deram com o movimento gay. A questão da ruptura entre lesbianas e gays é a percepção de que a homossexualidade não suprime a assimetria de poder entre homens e mulheres, que é uma característica mais ampla da sociedade fundada em bases patriarcais. A força das tensões entre as lesbianas e os gays no cenário nacional acabou fazendo as militantes lesbianas do recém-inaugurado movimento homossexual optarem pela autonomia, formalizando, dentro do grupo SOMOS, a constituição de um subgrupo exclusivo de mulheres que passou a ser chamado Lésbico-Feminista (LF), em junho de 1979. Tal opção foi radicalizada com a fundação do GALF, já em maio de 1981 (MARTINHO, 2005).

A precocidade da emancipação do grupo gay não foi acompanhada de uma positiva capacidade de sustentação desta autonomia, o que se fez sentir pela crise severa que o grupo de mulheres experimentou ainda dentro do SOMOS. Esta crise

¹ Esta lista foi criada durante a realização do V SENALE (Seminário Nacional de Lesbianas) que congrega grande parte dos grupos de lesbianas e grupos mistos (LGBTIs – lesbianas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) de maior expressão nacional.

² Para uma melhor definição dos termos usados neste artigo, recorremos a Castells (1977), para quem os movimentos reivindicatórios ou movimentos sociais são: “um sistema de práticas sociais contraditórias específicas da problemática urbana” (CASTELLS, 1977, p. 31). Já para Jacobi (1993, p. 15), a diversidade e a heterogeneidade dos movimentos sociais recolocam-nos em uma perspectiva política questionadora das concepções tradicionais onde o movimento social estava em relação direta com a luta de classes, e essa posição é conhecida como novos movimentos sociais (NMS) (JACOBI, 1993; SANTOS, 1997; RAGO, 1995-1996).





Patrícia Lessa

GÊNERO

surgiu com o esvaziamento das reuniões, com a resistência de algumas mulheres, que eram contra o que consideravam “divisionismo”, ou seja, a separação entre gays e lesbianas em dois subgrupos, e que continuaram freqüentando as reuniões do SOMOS, com a dificuldade do subgrupo de fixar novas integrantes e com o malogro de tentativas de interlocução com os guetos lesbianos (ALMEIDA, 2005). Para a autora, uma das funções que o grupo LF exercia para suas integrantes era ser uma alternativa para a população “assumida”, na época num número muito menor do que as que viviam na “clandestinidade”, o que o LF denunciava como prejudicial à auto-estima e ao desenvolvimento pessoal (ALMEIDA, 2005). A respeito destas divergências, diz Martinho (2006, p. 1):

Interessa lembrar que o movimento homossexual, que nasce em 1978 e tem seu pico de expansão em 1980, começa a declinar a partir de 1981, mergulhando numa grande crise até 1983/84, devido a conflitos e a duas questões que se mesclam numa combinação explosiva: o questionamento sobre a identidade homossexual e a chegada da AIDS, alcunhada em seus primórdios de câncer gay, peste gay. De meados da década de 80 até início da década de 90, o movimento homossexual viverá numa espécie de limbo político, subsistindo graças aos esforços heróicos de grupos como o GALF (SP), GGB (BA), Triângulo Rosa (RJ) e Dialogay (SE), embora outras agremiações femininas, masculinas ou mistas tenham surgido nesse período, todas, contudo, de vida efêmera.

O reconhecimento da assimetria entre gays e lesbianas nem sempre representa o desejo de absoluta ruptura, mas sim a vontade das lesbianas de redefinir a relação com eles sobre bases mais igualitárias, trabalhando para a conquista da sua visibilidade social. Os locais de fala são tantos e tão diversificados que seria difícil falar sobre “o movimento da lesbiandade no Brasil”, sendo mais adequado usar o termo movimentos, no plural. Estes movimentos emergem e atuam em diferentes condições de produção, em torno de agentes específicos. O que fica claro é uma visibilidade que sustenta esta mobilização como novos movimentos sociais, segundo a definição já aventada e que aqui retomo, ou seja, são “construídos a partir da agregação das demandas. São um produto elaborado pela ação coletiva, a tradução da demanda em reivindicação é mediatizada pelo conteúdo político-ideológico do projeto do movimento” (GOHN, 2000, p. 256).

Para Linda Hutcheon (1991, p. 27), a identidade é uma das questões cruciais ligadas à chamada pós-modernidade na qual as definições e as estabilidades próprias do discurso modernista dão espaço para “uma estrutura teórica aberta, em constante mutação, com a qual possamos organizar nosso conhecimento cultural e nossos procedimentos críticos” (HUTCHEON, 1991, p. 31-32). Para a autora, a identidade não está ligada a uma essência ou transcendência, mas aparece como um movimento de constituição do sujeito, “um processo ou atividade cultural em andamento” (HUTCHEON, 1991, p. 31). Hall focaliza sua discussão no descentramento do sujeito e no que ele nomeia como “celebração móvel” da identidade: “formada e transformada



Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2002, p. 13). É nessa perspectiva que abordamos o sujeito lesbiano como um feixe dinâmico de articulação entre as representações sociais e auto-representações.

Ao trabalhar com o boletim lesbiano *Chanacomchana*, abordaremos as práticas discursivas lesbianas e seus objetivos dentro de grupos que podemos encontrar no seio de movimentos sociais que se interpelam neste período de sua circulação.

Embora os movimentos lesbianos no Brasil tenham caminhado timidamente durante o final dos anos 1970, os anos que vão de 1980 a 1990 marcam sua expansão. Ao buscar vestígios dos grupos e de suas militantes, podemos encontrar um universo rico em experiências políticas e uma visível vontade de contar suas histórias. Pela análise do discurso, tentaremos desvelar as matrizes de sentido presentes nestes grupos no período contemplado. Mas como ele não está sozinho nesse processo de produção de histórias, damos nesse artigo atenção, ainda que menor, a outras duas publicações: um jornal homônimo e o *Boletim lamuricumá*.

Essas publicações serão analisados como discursos sociais e produções de uma época, um local e um período específicos, em que suas condições de produção são parte integrante dos seus sentidos e não somente pano de fundo de sua expressão. Orlandi (2003, p. 16) sublinha que “levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela linguagem com os sujeitos que falam e as situações em que se produz o dizer”. Segue-se a análise temática dos jornais e boletins.

Jornal *Chanacomchana* (1981)

Publicado em janeiro de 1981, o jornal *Chanacomchana* teve edição única e foi iniciativa do subgrupo LF (Grupo Lésbico-Feminista) que foi uma facção lesbiana criada dentro do SOMOS-SP, grupo pioneiro na política de visibilidade gay e lésbica, com estatuto datado de 1979. Entre as militantes que estavam no grupo SOMOS e criaram a facção lésbica feminista e, posteriormente, o GALF e a Rede de Informação um Outro Olhar, destacamos Miriam Martinho e Rosely Roth³ (MARTINHO, 2005a, p. 2). O jornal *Chanacomchana* em seu Editorial já anuncia as intenções provocativas, transgressoras e revolucionárias das militantes:

³ Miriam Martinho esteve no grupo LF, GALF e foi uma das precursoras da Rede de Informação um Outro Olhar (UOO). Coordenou a revista *UOO* e atualmente coordena o *site* UOO. Rosely Roth teve importante papel na organização do LF e posteriormente no GALF, sendo a militante lesbiana que se destacava em entrevistas à grande imprensa. Foi homenageada muitas vezes.





Patrícia Lessa

GÊNERO

Chanacomchana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”; para outros como “CHANCA” (pé grande – sapatão?), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações. [...] sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias. (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 4)

Em suas condições de imaginação, as lesbianas do *Boletim Chanacomchana* constroem um projeto discursivo em que a criatividade brinca com o próprio nome que as encerra em uma sexualidade desvalorizada. A palavra CHANA, denominação da genitália feminina, toma muitos outros sentidos. O sentido político de CHANCE, ou seja, dar uma chance para as lesbianas expressarem suas idéias, sentimentos, emoções ou simplesmente serem lesbianas. O sentido de reapropriação de um insulto contra as lesbianas, expresso na palavra CHANCA; o sentido de erotização do relacionamento homoafetivo a que a palavra CHAMA pode remeter ao lembrar fogo, o elemento que aquece, queima ou incendeia.

Ao escrever sobre o movimento de mulheres no Québec, Anick Druelle (2000) aponta o conceito de “criação” como uma possibilidade que os movimentos de mulheres têm de viver a contradição, expondo as estratégias de reivindicação e, ao mesmo tempo, reivindicando novos significados para o que é dito (DRUELLE, 2000). É em função disso que ela nos fornece o exemplo de um grupo de lesbianas da Espanha que se autodefine como LSD. O grupo tem uma publicação periódica, e a cada edição modifica o significado da sigla. Observa Druelle: “a cada edição, este acrônimo abriga uma nova frase, onde o ‘L’ corresponde sempre à lesbiana, mas o ‘S’ e o ‘D’ se transformam ao sabor da imaginação” (DRUELLE, 2000, p. 261). As palavras formam uma linguagem em ação e em seus movimentos de criação e reapropriação de códigos sociais reinventam o universo de sentidos dos próprios sujeitos envolvidos (MAINGUENEAU, 1997). Continua Druelle (2000, p. 261):

Em espanhol, até o presente, os sentidos que aparecem foram tão diversificados quanto divertidos: Lesbianas Saem Domingo, Lesbianas São Divinas, Lesbianas Sem Dúvida, Lesbianas Sem Dólar, Lesbianas Suspeitas de Delírio, Lesbianas com Sexo Diferente, Lesbianas Sem Deus. Esta estratégia constitui um projeto discursivo e de ação, que recusa a constituição de uma identidade fixa e participa de um ideal de fluidez e de redefinição das identidades.

Voltando ao *Chanacomchana*, o papel transgressor e revolucionário expresso nos sentidos da palavra CHANA implicam uma provocação social criativamente elaborada pelas militantes do LF que, em suas estratégias de ação, expõem a vontade de se fazer ouvir em um contexto que as rejeita, exigindo, assim, seu lugar de fala neste espaço social. Nesta superfície discursiva, destacamos as matrizes criatividade

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **307**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

e diversidade. Para além do biológico do sexo, CHAMA também é apelo à vida e inserção no político. Participação é palavra de ordem. Seu projeto político parece tender para representações plurais, estratégias de visibilidade para o que é definido como “minoria”, apontando para o seu caráter construído e ideológico.

O jornal foi elaborado em um uma editora da cidade de São Paulo, contou com um conselho editorial composto por Fanny, Maria Serrath e Teça e teve a colaboração de Maria Carneiro da Cunha e Nair Benedito. Composto por quatro folhas, nas duas primeiras havia uma entrevista com a cantora Ângela Ro Ro, uma matéria assinada por Maria Carneiro da Cunha, “Quem tem medo de Virginia Woolf?”, e outra de Miriam Martinho, “Exercício de liberdade”.

A capa com a foto de Ângela Ro Ro, seguida da frase “não me envolvam, eu me envolvo”, oferece-nos pistas sobre a trama discursiva que se organiza em torno de uma vida polêmica. A cantora não espera que os movimentos lesbianos falem por ela: ela se envolve e, por isso, sua postura é de quem toma a frente da situação e fala em nome próprio. A idéia de polêmica atravessa os textos e nos possibilita encontrar as matrizes de sentido que expressam a ânsia pela contestação, pela voz, por um espaço no discurso social.

Ao longo da entrevista, o grupo pergunta à cantora se ela se apresenta publicamente como lésbica, ao que ela responde: “Eu não me disse lésbica hora nenhuma. Não me envolvam, eu me envolvo. Não é preconceito, sabe, com a palavra. Eu acho que vocês têm uma motivação para estarem usando este termo” (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 2). A separação que a cantora faz entre eu e vocês expressa a demarcação de lugares de fala na cena discursiva. Ela não aceita enquadrar-se em um termo, é uma cantora e deixa bem claro o sentido de brincar com a identidade sem necessitar fixar-se na mesma ancoragem da militância lesbiana. Ângela continua: “mas ser lésbica, ou ser bicha, ou ser negro, ou ser judeu é detalhe da pessoa humana, você recebe um carimbo e aceita? Isto é dar continuidade à discriminação” (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 2). O rótulo imposto pelo olhar de outrem é por ela recusado, sobretudo quando expressa a “diferença”, aquela que traz em seu sulco a inferioridade e a discriminação.

A matéria assinada por Maria Carneiro da Cunha discute os estigmas que feministas e lesbianas, cada uma ao seu modo, carregam. Com o título “Quem tem medo de Virginia Woolf?”, a autora pretende interrogar o medo e a recusa social que as palavras *lésbica* e *feminista* carregam. Diz a autora:

As feministas já foram chamadas de histéricas, mal-amadas, divisionistas, desviacionistas, burguesas, pequeno-burguesas, alienadas (epítetos curiosamente lançados por outros burgueses e pequeno-burgueses que agem como se fossem os cães de guarda de um proletariado ao

308 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GÊNERO

qual não pertencem). Mas uma das confusões mais comuns é chamar as feministas genericamente de lésbicas, de anti-homem.

[...], mas o que há ainda por trás dessa generalização é um preconceito ainda mais terrível contra as lésbicas, uma espécie de anátema, utilizado por tabela para desacreditar o feminismo. (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 3)

Percebe-se aí uma crítica mordaz às “esquerdas” que recusam reconhecer o papel subalterno imposto às mulheres, fruto de sua biologia “diferente”. Se as feministas são denominadas “lesbianas” é porque analisam a construção social desta diferença, expondo o processo de diferenciação sócio-sexual. A aproximação com a lesbiandade, o rótulo de ser “anti-homem” expressam apenas a inquietação patriarcal em manter a apropriação social das mulheres. Neste sentido, como sublinha Rich (1981), são a expressão do receio de que as mulheres desfaçam os laços da heterossexualidade compulsória, que recusem o sistema sexo/gênero que as discrimina e inferioriza. Isto parece claro para as autoras do jornal. O ser “anti-homem” é o crime maior e a desqualificação do feminismo identificando-o ao lesbianismo, uma estratégia que o texto denuncia. O anátema, o desprezo em relação ao lesbianismo é aqui descartado pela crítica lúcida a estes deslizamentos de sentidos. Vendo-se como sujeitos, as lésbicas descartam estas representações sociais políticas feitas pelo patriarcado para assegurar sua ordem.

Gayatri Spivak (1993) propõe desfazer o duplo lugar de fala “subalterna” que lhe foi imposto desde a infância, como mulher e como colonizada. O interesse da autora é de refazer essas coordenadas, transportar a arena desse debate para um outro lugar. Com isso, ela toca em uma questão central, qual seja, discutir a capacidade do subalterno de se representar. Dito de outra forma, teorizar quais são as possibilidades do subalterno de se subjetivar autonomamente (SPIVAK, 1993). Isso implica conquistar um espaço de enunciação, assegurar um lugar de discurso, entendido como sendo o lugar privilegiado no processo de subjetivação. O *Chanacomchana* corajosamente cria e toma este lugar em um momento de grande tensão política no Brasil. A condição de subalternidade é a condição do silêncio. Daí sua discussão da terminologia utilizada por Karl Marx no *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* para definir o sentido de representar. Primeiro a representação é definida como uma procuração passada a terceiros, típica da representação política das minorias diante do Estado; em seguida, a representação é compreendida como um modo de retratar os sujeitos representados por seu porta-voz, o qual inevitavelmente deve também auto-representar-se como sujeito histórico nesse processo, na medida em que deve também se identificar como membro da categoria genérica de seus representados (SPIVAK, 1990).

Na primeira definição, percebe-se o dilema das classes oprimidas por necessitarem de mediadores para que sejam consideradas como atores legítimos de reivindicação. O subalterno carece necessariamente de um representante por sua

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **309**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

própria condição de silenciado. No momento em que o subalterno se entrega, tão-somente, às mediações da representação de sua condição, torna-se um objeto nas mãos de seu procurador no circuito econômico e de poder e com isso não se subjetiva efetivamente. No capitalismo, o indivíduo que não controla os meios de produção se faz representar, não enquanto sujeito, mas enquanto um valor de troca. Paradoxalmente, sua legitimidade passa a ser dada por outra pessoa, que assume o seu lugar no espaço público, essencializando-o como o lugar genérico do outro do poder. Daí a busca constante por capturar o momento em que a “re-presentação” se funde à “a-presentação”, pois ele é especialmente propício para o surgimento de processos de insurreição e de movimentos sociais não cooptados e revolucionários, na medida em que as classes subalternas tentarão controlar o modo como serão representadas. Formular uma teoria do sujeito da consciência deliberativa soberana e tingi-lo da condição específica de co-participação da teórica feminista com os subalternos e insurgentes (no caso as mulheres), eis uma síntese da agenda radical de Spivak (1990).

Feministas e lésbicas, ao longo de seus encontros e desencontros, marcam posições de sujeito crítico, que se opõem ao modo como o mundo é padronizado em códigos e representações que sempre remetem ao masculino. A matriz discursiva que atravessa o trecho acima está ancorada na heterossexualidade normativa, numa ordem discursiva patriarcal, que a lesbiandade desequilibra. Ser anti-homem, de fato, significa não aceitar a apropriação e a desqualificação do feminino no patriarcado, reduzindo a questão política a um desvio de comportamento. Afinal, a lésbica é a imagem de uma mulher às avessas daquela mulher idealizada: uma mulher doente e perversa.

Do texto de Miriam Martinho, “Exercício de liberdade”, selecionamos uma superfície discursiva que expõe as condições de produção do grupo de lésbicas que, ao longo de dois anos, luta para construir uma organização não centralizadora, mas sim que seja capaz de “dar voz aos que não tem voz”. Diz Miriam Martinho:

Já temos conseguido alguma coisa. Conseguimos, com certeza, através da análise de nossa problemática, alterar um pouco ou muito, a vida de cada elemento do grupo. Conseguimos obter um espaço para as lésbicas no movimento feminista brasileiro e, também no mesmo, enfatizar a questão da sexualidade sempre tão esquecida. Conseguimos estimular a discussão sobre o feminismo no movimento homossexual, demonstrando estar a opressão do homossexual inteiramente ligada à dominação da mulher pelo homem. Conseguimos em suma, pela primeira vez, dar condições para que as mulheres homossexuais possam falar publicamente da marginalização a que são submetidas. (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 4)

Aqui, na mesma época que o *Boletim Iamuricumá*, elas dividem espaços com feministas e homens gays, mas reivindicam seu próprio lugar de fala. A revolução feminista do conhecimento e a produção de novos valores sociais alavancou uma série

310 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GÊNERO

de proposições que foram reestruturadas nos movimentos de lesbianas. De seu lugar de marginalizadas, as lesbianas adquirem voz e conquistam espaços dialogando com os outros movimentos, como o feminista e homossexual, conforme se percebe no texto de Miriam Martinho. Do estigma até o autoquestionamento, o movimento propõe um caminho que passa pela exposição de suas vivências e experiências, ou seja, cria possibilidades de se fazer conhecer, de se fazer ver, que é contrário aos pressupostos de um conhecimento moldado no senso comum, que fortalece o preconceito. Parece-nos que aqui a matriz principal é a transformação – a transformação conseguida e vivida igualmente. Também a sexualidade é trazida à discussão, remetendo à crítica da heterossexualidade “natural”, encampada por muitas vertentes feministas.

Ao fazermos um levantamento dos atuais estudos sobre lesbianismo nos cursos de pós-graduação, nos deparamos com a dissertação “Estudos da homossexualidade feminina através do teste do desenho da figura humana”, defendido em 1989, na USP, por Ana Maria Souza. Na pesquisa de campo, foi aplicado o teste em 44 mulheres, 22 homossexuais e 22 heterossexuais, para identificar a validade desse instrumento no “diagnóstico da homossexualidade”, como se ser homossexual fosse algo inscrito em alguma instância, seja psíquica ou física. O pressuposto da pesquisa é o da naturalização do comportamento humano, que já se inicia na escolha e seleção das entrevistas, *a priori*, fixadas em uma identidade sexual. Este, no entanto, é somente um bom exemplo de bases epistemológicas que devem ser evitadas para tematizar o lesbianismo. Afinal, entre as propostas epistemológicas feministas, encontra-se a renovação dos conceitos, a autocrítica e a construção de novas bases paradigmáticas:

A nível mundial a “revolução feminista no conhecimento” que chamava de meus votos-desejos em 1975 produziu-se e continua; o pensamento feminista tem emitido mais hipóteses, forjado mais conceitos, construído mais objetos em trinta anos – a começar pelo objeto opressão das mulheres – do que o resto das ciências sociais em um século. (DELPHY, 1970)

É mérito dos estudos feministas uma renovação e uma revolução nos modos de conhecer o mundo e conceituá-lo, coisa que as ciências, não somente sociais, não foram capazes de fazer. É no sentido de uma renovação nos quadros do pensamento humano que as lesbianas “dão a cara à tapa” e saem nas ruas de São Paulo (e, muito antes disso, pelo mundo afora) em produções panfletárias e revolucionárias, que trariam uma irreversível presença *non grata* ao universo social contemporâneo. Exemplo disso é o *Boletim lamuricumá* editado no mesmo ano do *Chanacomchana* (ARQUIVO UOO).

A edição única do *Boletim lamuricumá*, veiculada em janeiro de 1981, pelo grupo de lesbianas que usava o mesmo nome, é composta de capa contendo o título, o símbolo do feminino duplo e entrelaçado, um editorial que explica a forma de veiculação do material e sua função política e uma matéria de três páginas, sem título. No editorial, a proposta apresentada é muito semelhante à dos atuais *fanzines*. Cada

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **311**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

mulher que recebesse o material deveria fazer cinco cópias e distribuir entre amigas comprometidas em não romper a “corrente”. Numa espécie de *sororidade lesbiana*, a distribuição do material era feita de forma gratuita e entre amigas. O boletim era anônimo. A identidade pessoal era descartada em função de uma visibilidade e inteligibilidade de grupo. O anonimato era inclusive uma opção explicitada no editorial: “a idéia de um jornal, duma revista, existe também para mais tarde. Essa forma de ‘corrente’ nos parece mais barata e permite o anonimato” (IAMURICUMÁ, 1981, p. 2). O anonimato sugere duas questões: o retraimento vinculado ao estigma social e histórico imposto às lesbianas (NAVARRO-SWAIN, 2000; PORTINARI, 1989; BROWN, 1987) e a “política do silêncio” (ORLANDI, 1993; NAVARRO-SWAIN, 2000) imposta durante a ditadura militar no Brasil. A “política do silêncio” não está necessariamente vinculada à “repressão”, mas trabalha os limites das formações discursivas, determinando o que deve e pode ser dito (ORLANDI, 1993).

Essas duas produções alternativas – o jornal *Chanacomchana* e o *Boletim Iamuricumá* – tiveram edição única. No entanto, o jornal *Chanacomchana* teve continuidade no ano seguinte, com a criação do boletim com o mesmo nome.

O Boletim Chanacomchana e a criação do GALF (1982-1987)

O *Boletim Chanacomchana* foi lançado em 1982 e atravessou os anos 1980 marcando a presença lesbiana no cenário da imprensa alternativa da cidade de São Paulo. O formato de boletim facilitou a circulação e reprodução do material reduzindo o custo, que na elaboração de um jornal costuma ser mais elevado.⁴ Em sua primeira edição, o boletim apresentou como matérias de capa: “Mulher de chuteira”, “Festival tem mulher no palco” e “A questão homossexual.” No centro da capa, havia o desenho de uma menina nua com as duas mãos na virilha de onde saía uma revoada de borboletas. A borboleta pode simbolizar o renascimento e a imortalidade. É também símbolo da transformação e da libertação. A libertação é a marca de uma mobilização lesbiana que constrói seu próprio espaço de lutas e sai de dentro dos movimentos feministas e homossexuais. O editorial marca a intenção do grupo:

É um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também. (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1982, p. 1)

As lesbianas do recém-criado GALF estão em consonância com as condições de produção desta época, marcada pela transgressão, pela libertação e pela vontade

⁴ Informação verbal: entrevista com Miriam Martinho, realizada na sede do Arquivo Um Outro Olhar, na cidade de São Paulo, em 21 de outubro de 2005.





Patrícia Lessa

GÊNERO

de ser porta-voz de um grupo, uma tribo, talvez, como quer Maffesoli (2002). Esse movimento de expansão ocorre em outras facções feministas, como nos aponta Rago (2003, p. 7):

O repensar das práticas feministas levou, ainda, à decisão de abrir os guetos feministas e encontrar os inúmeros canais disponíveis e outros movimentos que ocorriam na sociedade. As feministas ampliaram seu raio de atuação, entrando nos sindicatos, partidos, espaços de diferentes entidades da sociedade civil e, sobretudo, no “movimento de mulheres”, que se articulava, desde os anos setenta, na periferia de algumas cidades, como em São Paulo.

Os espaços para atuação das feministas ampliam-se, multiplicam-se para todos os lados marcando sua vontade de mudança, de libertação. O espaço lésbiano aqui é marcado pela troca: informação, política, feminismos, humor, sonhos e amor. O mesmo editorial que mostra essa vontade de expansão abrindo canais de ampla comunicação também aponta a matriz discursiva do amor, da paixão expressa na escrita, na produção de seus textos e na produção de novos sentidos para o “sujeito lésbiano”.

A matriz do amor está inscrita desde o editorial em que se lê: “ele é produto de nosso trabalho que, embora, às vezes, difícil e árduo, tem sempre muito amor e paixão, a mesma paixão que esperamos ver transbordar de nossos textos” (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1982, p. 1). O amor como matriz de definição das mulheres é discutido por Navarro-Swain (2006) em contrapartida ao dispositivo da sexualidade. Assim como os homens são vinculados à sexualidade, as mulheres são vinculadas ao amor, seus comportamentos são orientados em função do amor, da sensibilidade, da emoção. Diz a autora:

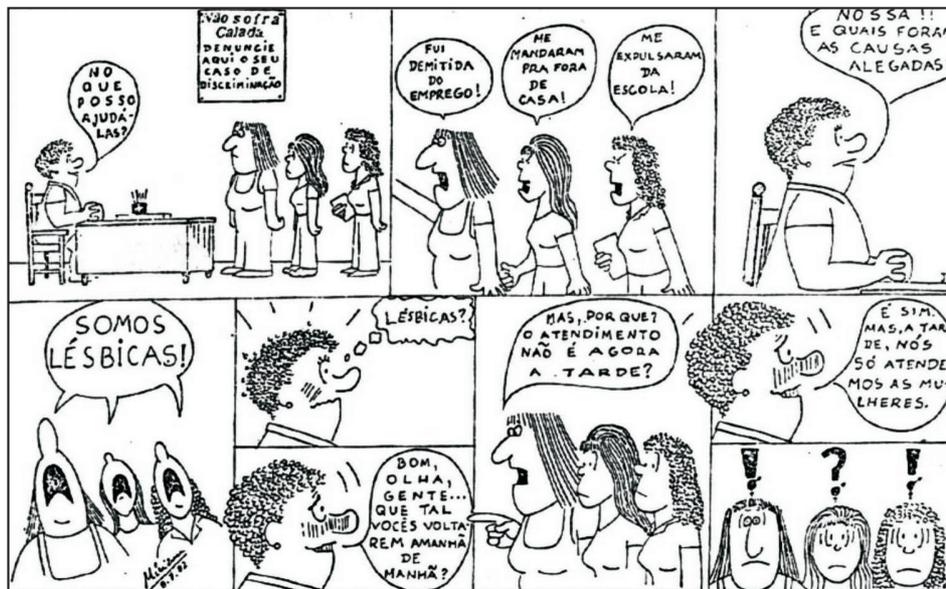
Nas fendas do dispositivo da sexualidade, as mulheres são “diferentes”, isto é, sua construção em práticas e representações sociais sofre a interferência de um outro dispositivo: o dispositivo amoroso. Poder-se-ia seguir sua genealogia nos discursos – filosóficos, religiosos, científicos, das tradições, do senso comum – que instituem a imagem da “verdadeira mulher”, e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si. (NAVARRO-SWAIN, 2006, p. 6)

Os textos do *Boletim Chanacomchana* transitam entre o amor e a revolta: revolta contra o preconceito, contra a discriminação e contra a violência como podemos ver nos trechos retirados dos textos do boletim a seguir. A primeira matéria intitula-se “O lesbianismo é um barato”, seguida dos textos “Mulher de chuteiras” e “Carta por Sandra Mara”. Há ainda uma história em quadrinhos, uma reportagem sobre o I Festival das Mulheres nas Artes e uma seção de Informes, onde são destacadas as principais reivindicações do GALF no encontro de entidades civis com o então governador de São Paulo, Franco Montoro (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1982, p. 1-11).

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **313**



Na história em quadrinhos (HQ), reproduzida a seguir, criada por Miriam em 8/7/1982, percebe-se a preocupação do grupo com a discriminação social:



Fonte: Boletim Chanacomchana, São Paulo, n. 1, 1982.

O humor aqui é estratégia de teorização: seriam as lesbianas mulheres? Retoma-se a questão de Wittig (1980, p. 4) e, ao mesmo tempo, fica clara a rejeição das lesbianas nos movimentos de apoio às mulheres. A atendente ficou ruborizada diante de um grito uníssono de afirmação de uma identidade sexual. A perplexidade encerra a história: na denúncia à discriminação reproduz-se a própria discriminação.

Na história em quadrinhos, percebe-se que as lesbianas são vistas como desviantes dos grupos organizados por mulheres. O cartaz que aparece pendurado na parede no primeiro quadrinho diz: "Não sofra calada: denuncie aqui seu caso de discriminação". Cartazes desse tipo são bem característicos de um movimento que crescia nos anos 1980, fortalecido com a criação das Delegacias da Mulher (SANTOS, 2001) e do SOS Mulher (GREGORI, 1993) onde atuou a feminista-lesbiana Roseli Roth. No quadrinho, três mulheres lesbianas denunciam sua demissão, expulsão de casa e da escola por discriminação social, mas suas reivindicações não são atendidas porque o local só atende mulheres. As lesbianas, tomadas como estranhas ao sujeito feminino, têm suas reivindicações relegadas, discussão importante nos escritos de Wittig (1980) e Beauvoir (1966).

Discriminação e desvio social são temas que andam juntos, pois o indivíduo ou grupo social discriminado pode ser considerado um desviante. A questão do desvio



Patrícia Lessa

GÊNERO

em nossa sociedade não tem sido uma discussão fácil, pois, conforme observa Velho (1985, p. 11): “O problema de desviantes é, no nível do senso comum, remetido a uma perspectiva de patologia.” Prossegue o autor: “tradicionalmente, o indivíduo desviante tem sido encarado a partir de uma perspectiva médica preocupada em distinguir o ‘são’ do ‘não-são’ ou do ‘insano’”.

Já Goffman (1982, p. 11 – 12) destaca que:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontrados.

Entre a discriminação e a visibilidade, situam-se os movimentos lesbianos, e essa é a discussão empreendida no texto “O lesbianismo é um barato”. Diz ele:

O lesbianismo é um barato. Caro é o preço que a gente paga pra curtir esse barato. Toda mulher lésbica que já se viu forçada a sentir vergonha por amar outra mulher sabe bem disso. A sociedade falocrata não nos perdoa e vive nos empurrando para os guetos da vida [...]. Mas o lesbianismo é um barato e é um barato exatamente quando foge dos guetos e se pronuncia contra os mecanismos dos guetos dentro e fora de nós. (BOLETIM CHANA-COMCHANA, 1982, p. 1-11)

Utilizando o duplo sentido de “barato” (contrário de “caro” e gíria usada para algo gratificante ou interessante), o texto com criatividade explícita e recusa, ao mesmo tempo, o lugar reservado às lesbianas. Não apenas critica com lucidez a construção social das margens, mas aponta também para o processo de subjetivação que incorpora imagens negativas das lesbianas. O tom do trecho é de alegria e recusa ao assujeitamento, utilizando termos da crítica feminista – como falocrata – e situando a posição das lesbianas no amor – e não na sexualidade. Uma auto-representação positiva, com certeza. A superfície discursiva recortada busca a desconstrução dos “mecanismos dos guetos” que são construídos socialmente e absorvidos pelas lesbianas. Dentro e fora do gueto (*inside/out*) implica entender a inter-relação de discursos e práticas sociais como campos de força entre poder e pontos de resistência ao discurso do “Outro”. As lesbianas seriam aqui o “*eccentric subject*”, que está dentro e fora dos discursos e das práticas sociais regulatórias, ou seja, ao mesmo tempo que constituem um gueto, pois, socialmente são para eles “empurradas”, desvendam os mecanismos que as constituem enquanto tal (LAURETIS, 1990).

Na matéria “Mulher de chuteira”, a participação social das jogadoras de futebol é vista como uma forma de luta contra a discriminação e o preconceito. O Decreto-lei nº 3.199, datado de 1941, vigorou até 1979, contendo modificações a partir de uma deliberação de 1965. Segundo o decreto, “as mulheres não podem praticar esportes incompatíveis com sua natureza” (LESSA, 2005). Com a participação social restringida, as mulheres precisaram driblar o discurso do “natural” para conquistarem novos

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **315**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

espaços sociais. Foram entrevistadas pelo GALF duas jogadoras que faziam parte do Café Futebol Clube, time da boate paulista Moustache. O jogo a que as entrevistadas se referem, aconteceu no dia 12 de setembro de 1982, às 15 horas, no estádio do Morumbi, entre as seleções femininas de São Paulo e Rio de Janeiro, que venceu por 4 a 0. Elas disputaram a partida de abertura do jogo entre São Paulo e Corinthians. Os dois jogos foram transmitidos pelo *Globo Espetacular* e comentados no *Fantástico*, programas da TV Globo (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1982). Segundo observa a jogadora entrevistada pelo GALF:

O preconceito existe por causa das cabeças atrasadas que não acompanham os tempos. Uma parte deste preconceito é porque se associa as jogadoras de futebol ao homossexualismo. A outra parte deste preconceito é porque as mulheres poderiam competir com os homens no futebol, o qual é considerado a única modalidade esportiva que o homem brasileiro domina. Veja: o prefeito de São Paulo, o Marim, é dono da Federação, lá eles “podam” as mulheres. Nunca foi feita uma reunião entre pessoas que praticam futebol feminino e os dirigentes. Acho que é inevitável que em médio prazo a mulher vá conquistar seu espaço também dentro do campo. Nossa contribuição é a de não desistir, mesmo com todas as proibições. (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1982, p. 4)

A palavra preconceito é aqui repetida três vezes, e sua análise é bem lúcida: medo da competição e uso da desqualificação atribuída às lesbianas para, no mesmo movimento, desqualificar as jogadoras. Observa-se neste trecho e em outros já assinalados ao longo deste artigo a não-aceitação de imagens negativas do lesbianismo e a crítica aos mecanismos de sujeição e inferiorização das mulheres. A entrevista revela o preconceito arraigado na tradição desportiva nacional, que atualiza o controle sobre o corpo e o comportamento das mulheres, reforçando um imaginário coletivo no qual a passividade, o sacrifício, a submissão e a maternidade seriam dons privilegiados das mulheres, dons esses que não combinam com a performance exigida pelas práticas de esportes. Embora a história das mulheres atletas demonstre a conquista de um lugar de destaque na instituição desportiva e sua capacidade em todas as modalidades, em algumas delas há uma maior resistência à presença feminina, como lutas, futebol, fisiculturismo ou halterofilismo, domínios ditos exclusivos dos homens (LESSA, 2005).

No jogo dos opostos, a imagem da mulher maternal é referência na construção da mulher doentia. Entre estas estão representadas as histéricas, as masoquistas, as prostitutas, as frígidas, as lésbicas, as solteiras, pois ameaçam a “representação dominante de feminilidade” (GOELLNER, 2001, p. 45). Essa ameaça é combatida com representações estereotipadas da lésbica, da mulher feia e da feminista histérica (GOELLNER, 2001, p. 45). Nos primeiros Jogos Olímpicos da era moderna, as mulheres não podiam competir e sua inserção nas competições internacionais foi se dando gradativamente (LESSA, 2005). A crítica das jogadoras expõe a fragilidade do preconceito no qual a representação da atleta perturba a ordem do mundo assim como a lesbiana, à qual é assimilada. As representações das mulheres como solteironas, feias, lesbianas, frígidas não raras vezes são argumentos fundados na representação da “verdadeira mulher” para se opor à participação feminina nos esportes.

316 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GÊNERO

A última matéria selecionada neste boletim é a “Carta por Sandra Mara”, que passou grande parte de sua vida como interna da Febem, na unidade de Vila Maria, em São Paulo, e ficou conhecida pelo apelido de Bigode entre as pessoas que a conheceram e pelo pseudônimo de Anderson Herzer, quando foi publicado seu livro *A queda para o alto*, pela editora Vozes. Sua vida inspirou o filme *Vera*. A carta elaborada pelas militantes do GALF foi distribuída como forma de protesto durante o lançamento do livro que aconteceu na Assembléia Legislativa de São Paulo, após a morte de Sandra Mara, que se suicidou no dia 9 de agosto de 1982, atirando-se de um viaduto sobre a avenida 23 de maio. Diz a carta: “Sandra Mara amava as mulheres numa sociedade ultra-misógina onde apenas o masculino é positivo e tudo é feito para satisfazer as necessidades e anseios dos homens” (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1982, p. 6). O trecho selecionado aponta para a anulação do feminino em detrimento dos homens, do poder masculino colocado em ação contra outras formas de relacionamento. Aponta para a força social da representação binária já que Sandra teve de se travestir de homem, usar codinome masculino e, mesmo assim, não suportou a pressão do social e a interferência em seu processo de subjetivação.

A manifestação das militantes do GALF denunciava que as relações plurais são coagidas pelos mecanismos de domesticação presentes no dispositivo da sexualidade que tenta reacomodar o múltiplo na sexualidade centrada na reprodução, no masculino como referencial central. A carta das militantes é um grito de protesto contra as mortes cotidianas e simbólicas vivenciadas por muitas lesbianas que se vêem oprimidas e acudadas pelo medo social, pelo estigma e pelo preconceito. Mais uma vez se evidenciam os mecanismos que produzem a diferença, o desconforto, a repulsa social interiorizada, a representação social da lesbiana como desvio do destino anunciado para as mulheres: estar disponível ao olhar e ao desejo masculino. O suicídio e o estupro freqüentemente aparecem na mídia como o castigo para estas “desviantes”: o filme *Meninos não choram* é um ótimo exemplo disso.

O *Boletim Chanacomchana* número 3, elaborado no ano de 1983, teve como matéria de capa a história do próprio grupo de ativistas do GALF. Em sua edição de aniversário, o boletim apresentou o histórico do grupo em seis páginas que relataram a ruptura com os homossexuais masculinos, a aproximação com os movimentos e a participação em eventos feministas e políticos, bem como em manifestações de ação política pela cidadania lesbiana. A matéria trazia ainda depoimentos de ativistas. Logo, toda a edição comemorativa foi dedicada à explicitação de seus objetivos, suas conquistas e projetos políticos.

A matéria “GALF: 4 anos de atuação” procurou historicizar as lutas do GALF e, principalmente, seus pressupostos com relação ao feminismo lesbiano, reafirmando a aproximação com os pressupostos feministas e apontando as divergências que levaram à ruptura com o movimento de homossexuais masculinos. Sobre a palavra lésbica, diz o boletim:

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **317**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

De sua coragem e seu amor pelas mulheres, na ilha de Lesbos, surgiu esta palavra tão “mal-dita” que o sistema patriarcal constantemente procura deturpar. Para nós, portanto, nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, significa uma postura de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dele, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 1)

O significado da palavra lésbica e suas implicações sociais foram novamente discutidos na matéria “O GALF e o feminismo lésbico”, publicada no número 8, edição comemorativa dos seis anos de atuação do grupo, datada de agosto de 1985:

Para nós, a palavra lésbica significa muito mais do que a designação dada a uma pessoa pertencente a um grupo com uma preferência sexual específica. Quer dizer, para nós, a palavra lésbica significa mais do que simplesmente mulher que transa com mulher. Ela designa também uma mulher comprometida com a luta das mulheres por seus direitos, sua autonomia e autodeterminação. (CHANACOMCHANA, 1985, p. 4)

O lesbianismo político fez parte das teorizações feministas dos anos 1970. Ser lésbica era, antes de qualquer coisa, recusar o patriarcado como sistema de dominação das mulheres (ATKINSON, 1975). As lesbianas do GALF inserem-se nesta discussão ao afirmarem sua identidade lesbiana como uma frente de luta pelos direitos, autonomia e autodeterminação das mulheres. Sua auto-representação inclui o ser mulher, mas transformado, e a sexualidade é secundária. Ser lesbiana, afinal, é ser rebelde.

Com relação à separação das ativistas lesbianas do grupo SOMOS-SP, suas divergências políticas e conceituais caminham pelas trilhas da identidade mais ligada à política do que ao sexo. Afirmação de uma identidade lesbiana política dos anos 1970/1980, o lesbianismo radical e o lesbianismo separatista influenciaram a construção dos pressupostos do GALF:

Nossa separação dos homens, naquela época em que se supunha poder haver uma igualdade no encaminhamento das questões das lésbicas e dos bichas, foi considerada separatista, divisionista e radical, adjetivos estes que ainda nos acompanham, agora em outras instância. Mas, acontece que, já naquele ano, percebíamos a grande diferença entre ser uma mulher lésbica em nossa sociedade falocrática e ser um homem bicha nesta mesma instituição. A consciência de nossa opressão enquanto mulheres, em primeiro lugar, nos levou, podemos dizer que quase naturalmente, ao feminismo, e o aprofundamento da análise da situação das mulheres num sistema que as nega constantemente enquanto sujeitos sociais determinou nosso afastamento das bichas e a aproximação com o movimento feminista. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 2)

Na edição número 8, foi novamente explicitada a divergência com os “bichas” na matéria assinada por Miriam Martinho, intitulada: “GALF: 6 anos”. Afirma Miriam: “Para esta separação, também colaborou o sexismo dos bichas que nos encontros conjuntos monopolizavam as discussões e se referiam às mulheres pejorativamente

318 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





como 'rachas' ou 'rachadas'" (CHANACOMCHANA, 1985, p. 1). Tal expressão é uma forma extremamente desqualificadora de remeter as lesbianas à sua genitália como o fazem os heterossexuais. Embora as ações políticas entre lesbianas e homossexuais masculinos tenham ficado fragilizadas, a sensibilidade lesbiana e o seu comprometimento político se expressam na preocupação com a prisão de Chrysóstomo, destacada na seção de informes:

Chrysóstomo finalmente solto: depois de cumprir um ano e sete meses de prisão, Antonio Chrysóstomo, jornalista, ex-editor do jornal *Lampião*, foi finalmente solto. Chrysóstomo tinha sido acusado, por seus vizinhos, de haver cometido maus-tratos e violência sexual contra sua filha adotiva de 5 anos e, apesar do laudo médico nada ter constatado de errado com a menina, acabou sendo detido. Na verdade, seu crime foi o de ser homossexual. (CHANACOMCHANA, 1983, p. 13)

Cabe destacar que a denúncia de violência sexual nunca foi comprovada, levando os grupos de atuação GLBTs a reivindicar sua soltura em nome da liberdade de expressão, pois, conforme assinalado pelo jornal, seu crime maior foi ser homossexual, crime inadmissível para aquela sociedade em geral, e para o regime autoritário, em particular.

A história em quadrinhos que se segue demonstra a preocupação das militantes com o regime ditatorial e com as perseguições às lesbianas:



Fonte: Boletim Chanacomchana, São Paulo, n. 2, 1983.





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

Em um tom bastante irônico, o quadrinho mostra um grupo num bar: “– Ser lésbica, às vezes é fogo... a repressão à qualquer coisa... tem sempre um Richetti por aí”, diz a primeira personagem, e o rapaz responde: “– Que nada! Sem essa de rótulo... esse negócio de hétero e de homo não existe...” Uma terceira personagem completa a discussão: “– Claro! Hoje eu transo um cara, amanhã posso transar uma mulher... Eu sou é gente!” Neste momento, entra um grupo de policiais pedindo que todos apresentem documentos. O rapaz da mesa, numa tentativa amistosa, oferece ao policial “uma bebidinha”. O guarda, sem ressalvas, grita: “– Quem é sapatão pro camburão!” No último quadro da HQ, o casal está só na mesa, sem suas companheiras que se entende foram levadas para o camburão. Diz o rapaz: “– Pô! Esse lugar é muito barra-pesada, não vamos mais vir aqui, tá?” Ela responde: “– Tá, amor!”

A história em quadrinhos reflete os medos e os perigos presentes naquele contexto social no qual, apesar do discurso da liberdade sexual, as condições de produção da época não permitiam a expansão deste conceito. Sendo assim, ao final da história, o casal que estava junto com as lesbianas acusa o “local” de ser “pesado” e não critica a repressão militar então vigente.

Na seção intitulada “Informes”, destacamos:

Contra o parágrafo 302.0: a deputada estadual Ruth Escobar, pelo PMDB, fez, no dia 10 de maio, na Assembléia Legislativa uma colocação “curta e grossa” contra o parágrafo 302.0 da classificação mundial de saúde que classifica a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. Na semana de 9 a 13 de maio, Ruth pretende lançar, também, uma moção contra este parágrafo que deverá ser assinado pelos parlamentares e demais pessoas interessadas e, depois, enviada ao Presidente da república. Os grupos homossexuais de SP subsidiaram Ruth Escobar, com material sobre o assunto, para a redação do texto lido na Assembléia e para a moção contra o 302.0. Estamos com Ruth Escobar nesta luta! (CHANACOMCHANA, 1983, p. 12)

As lésbicas feministas do GALF, depois de saírem do SOMOS, começaram a pautar a lesbianidade no feminismo, tomando-o como pressuposto teórico e prático, desde o início dos anos 1980. As lésbicas se inserem nos movimentos feministas, provocando os feminismos, a fim de desconstruir a invisibilidade lésbica e enfrentar a lesbofobia,⁵ presente não apenas na sociedade em geral, mas dentro do próprio movimento. Suas preocupações, conforme revelam os informes de Chrysóstomo e Ruth Escobar, giram em torno da emancipação política das lesbianas, da visibilidade e do empoderamento de homossexuais, na busca de reverter as representações de crime e doença que pesaram contra os mesmos e que foram, de vários modos, reeditadas no período ditatorial.

⁵ Terminologia utilizada por Judith Brown (1996, p. 2-5) para expressar a repulsa e o medo social que as lesbianas sofrem.





Patrícia Lessa

GENERO

A auto-representação como lesbianas, dentro e fora dos movimentos feministas, “contribuiu para reoxigenar a radicalidade peculiar ao movimento. Radicalidade no sentido do questionamento da ordem patriarcal e ao mesmo tempo provocar o movimento feminista quanto à relevância do posicionamento público da defesa da livre orientação e expressão sexual” (MESQUITA, 2005, p. 1). Suas lutas na ação conjunta com as feministas são contra a sociedade dominada pelo masculino, porém, propositivamente, as lesbianas não aceitam um modelo único de feminino, querem que suas experiências lesbianas enriqueçam os modos de ser mulher.

Na edição número 8, aparece uma seção intitulada “A Opinião da Leitora”, que é um espaço ampliado da seção de “Cartas”. Recortamos nesta edição trechos do texto intitulado “Algumas idéias particulares sobre papéis sexuais dentro do homossexualismo feminino”. Ele se inicia com uma advertência que já anuncia o teor da discussão, que parece ser polêmica: “*Advertência*: os termos ‘ativa’ e ‘passiva’ são usados aqui, para descrever uma forma de comportamento geral, e não fazem alusão à hora de fazer sexo, exclusivamente” (CHANACOMCHANA, 1985, p. 14).

Às vezes, é atemorizante defrontar-se com uma mulher que até então era: “heterossexual”, e que resolveu “entrar na vida”. Ela procura um “tipo ativo” ou “passivo”...? Se alguém se interessar por ela, se verá “forçada” a adotar um dado “papel”...? E as meninas mais novas, que se iniciam na vida homossexual, não perguntarão, assustadas, “quem vou ser eu...?”, e olhando para o espelho, ou quiçá, lembrando os julgamentos dos outros, dirá “sou ativa ou passiva? Vou comer ou ser comida...?” (CHANACOMCHANA, 1985, p. 15)

Quanta riqueza metafórica neste depoimento: o “entrar na vida”, como se aquela vida tivesse reiniciado ou mesmo iniciado durante o assumir-se, que é um grito pela visibilidade nos anos 1970/1980, ou seja, o instigante refrão dos homossexuais para que “todos saiam do armário” e assumam identidades públicas atreladas à orientação sexual. Além disso, a questão do binário causando incômodo, ou seja, a depoente incomoda-se com o fato de ter de auto-representar-se como mais masculina ou feminina e, assim, reproduzir os papéis sociais que o movimento lésbico questiona. O *Boletim Chanacomchana* representou para essas depoentes e leitoras uma porta aberta ao novo, ao desconhecido, à expressão de suas emoções em conjunto com outras lesbianas dos diferentes cantos do Brasil.

Promovendo um rico painel de discussões, como se pode perceber nas seções do *Boletim*, o GALF talvez tenha sido o grupo lésbico de maior importância nos anos 1980 no Brasil, devido à sua grande atuação política e constante visibilidade social. Polêmicas, transgressoras e agitadoras, as ativistas do GALF foram a público discutir os pressupostos do feminismo lésbico defendido pelo grupo. Exemplo disso foi a participação da militante Rosely Roth no programa televisivo comandado por Hebe Camargo, no dia 24/5/1985, veiculado ao vivo a partir das 21 horas e relatado na

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **321**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

matéria "GALF na Hebe: lésbicas e censura". O programa contou com a participação de uma funcionária pública, mãe revoltada por sua filha ser lesbiana. Diz a matéria:

Até hoje, mês de julho, nós, do GALF, continuamos recebendo cartas de elogios quanto a nossa participação no programa e de interesse em conhecer nosso trabalho assim como o *boletim Chanacomchana*. Já são mais de 200 cartas de todo o Brasil. Uma grande parte das mulheres que nos escrevem identificaram suas mães com a funcionária pública Maria Amélia. Parece que ela não é exceção, mas sim a regra em termos de conduta das mães de mulheres lésbicas. Uma menina, quando lhe tentei vender o boletim, disse que depois do programa da Hebe, a mãe dela seguiu o conselho de Maria Amélia, andava espionando-a, mexendo nas coisas dela e que, então, não poderia levar o boletim, apesar de querer. (CHANACOMCHANA, 1985, p. 11)

Visibilidade e protagonismo social foram algumas das frentes de trabalho das lesbianas do GALF, grupo que foi até as ruas de São Paulo, que foi para a TV, que brigou contra a lesbofobia (BROWN, 1987) na sociedade e nos outros movimentos sociais, tais como os homossexuais e as feministas. Na matéria de Roseli Roth, a funcionária pública Maria Amélia é o ícone da mãe persecutória, que bisbilhota os objetos da filha, que lhe vasculha a própria vida na luta contra a sua lesbiandade. Neste sentido, o papel do GALF é o de uma amiga, companheira, solidária ao sofrimento destas incontáveis jovens (até a matéria elas eram contáveis, pois, mais de 200 jovens). Assim, *Chanacomchana* representou uma voz debochada, mas que falava diretamente a seus pares, a fim de lhes mostrar que não estavam sós, que havia um objetivo comum, e esse objetivo, conforme pode ser lido em muitas de suas páginas, era a luta contra a sociedade de caráter patriarcal, opressora e discriminatória.

Rosely Roth (21/08/1959 – 28/08/1990), que foi homenageada no boletim número 4 e em alguns outros, teve sua foto publicada na capa. No *Boletim Chanacomchana* número 1 e no *Boletim Um Outro Olhar* (UOO) número 1 foram publicadas matérias sobre Sandra Mara Herzer, conforme já mencionamos anteriormente. Roseli Roth, assim como Bigode, suicidou-se ainda jovem. Nas matérias que falam de sua morte, encontramos as matrizes da auto-segregação, do preconceito, do estigma social e do desamparo. O "Editorial" escrito por Miriam Martinho sugere a tristeza vivida pelas militantes com o falecimento da companheira Roseli Roth:

Pelo pique, pela coragem, pelo desprendimento e pelo idealismo com que desenvolveu seu trabalho, exemplo de consciência política para todas nós, dedico-lhe, como homenagem, este boletim e o trabalho da REDE DE INFORMAÇÃO LÉSBICA UM OUTRO OLHAR, certa de que estes representam a continuidade e o desenvolvimento de seus sonhos de um mundo melhor. (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1990, p. 1)

A matriz da solidariedade é representada pelo exemplo de sua vida dedicada ao movimento lesbiano e pela promessa de que o boletim dará continuidade ao seu trabalho. Mesmo em sua vida dedicada ao movimento lesbiano, Roseli Roth

322 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GÊNERO

não conseguiu escapar da auto-representação negativa da lesbiandade. Vera Lucia, do Rio de Janeiro, companheira de Rosely Roth, segundo o *Boletim* (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1990, p. 3), enviou ao jornal alguns poemas sobre ela. Entre eles, destacamos:

ESBOÇO DE UMA PRECE

(Estou com a pequenininha que tanto nos ama e ainda não sabe de sua partida)

Brincavas com a vida e a morte como uma bailarina da sorte. Nossas mãos unidas em gritos de paixão e socorro. Escaparam-se as tuas. Em ambas, gemidos de desespero, desilusão e dor, estardalhaços de vidros e de corpos no chão... Imensa escuridão, permeada pelos faróis, estrelas e a lua crescente. (Houve blecaute de luz elétrica. Eletricitários em greve). Sonho que me enganas e que estás viva. No entanto, deparo-me com a maior e mais profunda solidão. Enxergo um jardim imenso de todas aquelas flores que coloquei no túmulo, onde deixei o corpo que mais amei, e que, devido às leis dos homens, não sei se ainda lá estão. Agora estou só como manifestação dos desejos teus, da tua fala: "Você sem mim é tão sozinha!!". Engano-me, pois, como num encanto, sussurra-me, sussurro-te: brinca, brinca comigo como se faz lá na tribo de nossas Amazonas. Desculpa-me o desarranjo intestinal que não cessa, os constantes gemidos de dor intraduzíveis e as lágrimas de saudade que insistem em me rolar pelas faces. Desculpe-me essa revolta no peito e nas entranhas. Sei que você jamais gostou de me ver assim: chorando, sozinha, sem ti, sem mim, sem nós. Entretanto, que o teu amor revele toda a poesia da vida e da liberdade, a tua doce magia e encantamento. São Vicente, SP, 01/09/90. (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1990, p. 1)

Vera, ao dizer "*brincavas com a vida e com a morte como uma bailarina da sorte*", reafirma uma espécie de vida que desafia a morte em um jogo de alto risco: seu risco é o estigma, a segregação e o preconceito por expor-se tão abertamente numa sociedade patriarcal. Vera Lucia afirmou ainda que um dos sonhos de Rosely era que ela fizesse uma tese sobre sua história de vida e sua militância lesbiana (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1990). Nesta edição, foram inúmeras as cartas de leitoras que conheciam o trabalho da militante, textos escritos de diferentes regiões do país em solidariedade à sua despedida prematura. Cristina escreveu de São Paulo: "Sempre admirei sua forte personalidade coragem, obstinação e beleza. Ainda não consegui entender o porquê [...]. Estou triste, de verdade" (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1990, p. 6). Cice escreveu de Alagoas: "não é fácil ter a identidade de lésbica reconhecida; mas ela lutou por isso nos mais famosos meios de comunicação, enquanto centenas de nós não conseguimos admitir sequer para nós mesmas que somos lésbicas" (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1990, p. 6). O texto "Rosely Roth: pequeno histórico" faz um apanhado de seus vários textos publicados no *Boletim Chanacomchana* e no *Boletim UOO*. Além disso, destaca que a militante foi entrevistada pela *Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde*, *Jornal Mulherio*, *Pasquim*, programa da Hebe Camargo, por ser considerada comunicativa, ousada e inteligente. Sua importância no cenário do movimento lesbiano é destacada nos boletins *Chanacomchana*, *UOO* e nas discussões

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **323**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

da lista do SENALE onde, também, foi publicado um artigo sobre Roseli Roth e sua morte prematura.

Além da trágica despedida de Roth, o *Boletim* apresentou a seção de “Cartas na Mesa”. Uma delas diz:

Prezadas companheiras UOO

Primeiro quero agradecer pela oportunidade de me associar à “Rede” aqui em Recife. Segundo quero registrar meu repúdio à reportagem da *Manchete* (revista de 11 de agosto) sobre o homossexualismo feminino no esporte internacional, onde com discriminação, menosprezo e dividindo a atividade homossexual entre lésbicas (temíveis desencaminhadoras de jovens) e jovens atletas (pobres vítimas seduzidas), o jornalista (homem) ataca as homossexuais como bruxas durante a Inquisição. É preciso lembrar que, quando duas pessoas se encontram no “jogo do prazer”, não há crime, nem sedução. É muita idiotice desse cara! Beijos. Yara – PE. (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1990, p. 8)

A carta da leitora representa a cumplicidade com o grupo quando agradece a possibilidade de ser assinante do material, e expressa sua indignação com a representação das atletas vinculadas à lesbiandade, significando, neste caso, a falta de feminilidade, expressa na docilidade, delicadeza e fragilidade, atributos completamente descartados da grande maioria dos esportes.

Outra matéria muito importante nesta edição de *Um Outro Olhar* é: “Do GALF para a REDE: as lições que aprendemos”, escrita por Miriam Martinho. Nela, Miriam faz um balanço dos acertos e erros desde o GALF até a criação da Rede de Informação Um Outro Olhar, existente ainda hoje e transformada no primeiro arquivo lésbico do Brasil em uma ONG (Organização Não-Governamental). Diz Martinho:

De uma maneira geral, aproveitamos quase todos os objetivos, perseguidos pelo GALF, na nossa estruturação dos objetivos da Rede [...]. Existia e existe uma real necessidade de um veículo de comunicação entre nós, lésbicas, o que temos tentado realizar, com relativo sucesso, através dos boletins *Chanacomchana* a princípio, e *Um Outro Olhar*, desde 1987 [...]. *Chanacomchana*: muita gana e pouca grana. Publicamos o *CHANACOMCHANA* de 1982 a 1987, em mimeógrafos ou off-set, sempre graças a batalhas junto a políticos e militantes gays ou feministas. Vendíamos os exemplares, via assinaturas ou em bares e boates lésbicas, de forma irregular e precária, dada a inexistência de um planejamento e de uma equipe de vendas [...]. Aprendi com o GALF que a militância bem-sucedida é a conjunção de uma causa justa, boas idéias, boa administração, cooperação entre as interessadas no trabalho, tempo e dinheiro. Quando algum desses fatores falha, por mais justa que seja a luta, todo o projeto desanda. (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1990, p. 16-21)

O trecho recortado da matéria sugere importantes questões a serem destacadas: a necessidade de se criar um veículo de informação voltado para o público lésbico, a militância política do GALF, a falta de recursos financeiros que a partir da

324 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GENERO

criação da Rede de Informação é, em parte, sanada através do financiamento dos projetos para saúde das lesbianas (por meio do Ministério da Saúde e das políticas públicas de combate ao HIV/AIDS) e o aperfeiçoamento dos materiais pelo grupo. Na seção “Em Movimento”, foi divulgado o I Encontro da Rede de Informação Um Outro Olhar, para debater as mudanças que o grupo estava atravessando (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1990).

Os anos 1990 representaram uma expansão dos movimentos sociais, também por isso descritos por teóricos/as como novos movimentos sociais. É assim que Miriam Martinho evoca as lembranças do *Boletim Chanacomchana*, do qual ela e Rosely Roth participaram desde a criação. Diz ela:

De concreto, o LF deixou, para o Movimento Feminista, a semente da discussão sobre a sexualidade feminina, bem como, para o movimento homossexual, o esboço do debate sobre o machismo e sua inter-relação com a opressão das mulheres e os dos homens homossexuais (debate esse totalmente perdido pelos ativistas gays e lésbicas de hoje). Para a organização lésbica, o LF deixou o embrião de uma das primeiras publicações específicas, do Brasil e da América Latina, provocativamente intitulada *ChanacomChana*. (REVISTA UM OUTRO OLHAR, 1998, p. 8)

Seguindo essa mesma linha de discussão, Mariana Pessah escreve outro texto intitulado “Honra à memória de Rosely Roth”, em que usa o recurso da memória para falar da militante como expressão dos feminismo-libertário e lésbico-feministas. Diz ela:

Kmarada: Reproduza este texto em honra de uma corajosa combatente libertária e lésbico-feminista. Há 15 anos morria uma valente combatente socialista libertária, internacionalista e lésbico-feminista. Honra a memória de Rosely Roth (21/08/1959-28/08/1990). Há 15 anos, em 28 de agosto de 1990, morria Rosely Roth, com apenas 31 anos de idade, jovem ainda, “assassinada” pela repressão moral clandestina, “assassinada” pela coerção social fascista dos considerados “normais”, sob os golpes do preconceito social-sexual nesta cinzenta São Paulo, metrópole ocupada pela hipocrisia. Quando um preso político, torturado, vilipendiado, insultado, humilhado, recorre ao suicídio para livrar-se de um triste tormento, o responsável é o Estado fascista que o aprisionou, torturou e humilhou. O responsável pela morte de Rosely Roth é o Estado patrimonialista fascista repressor canalha assassino totalitário. Quando se viu lançada no redemoinho da repressão intolerante fascista, Rosely Roth foi induzida ao suicídio uma semana após completar 31 anos. Conheci Rosely Roth em 1977 no Colégio Equipe, ela cursava o colégio e eu fazia o cursinho pré-vestibular, quando o “Equipe” ficava na Rua Martiniano de Carvalho (Liberdade, São Paulo-SP). Fomos muito amigas. Nas passeatas estudantis sempre estávamos juntas, uma protegendo a outra, na solidariedade estudantil e juvenil. Numa das passeatas estudantis do glorioso ano de lutas de 1977 (a de 19 de maio), a polícia do canalha Erasmo Dias, chefe de polícia da ditadura em Sampa, caiu em cima dos estudantes com brucutus e seus jatos d’água e areia vermelha, com centenas de autômatos meganhas uniformizados e armados, nos obrigando a buscar abrigo dentro da Faculdade de

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **325**





Direito do Largo São Francisco. ABAIXO A DITADURA!!! – gritávamos. Me lembro de quando saímos da Faculdade, atravessando o corredor polonês formado pelos ratos da ditadura, e a bela Rosely Roth os enfrentou com a maior dignidade. Me lembro também de Rosely nas reuniões libertárias dos apoiadores do jornal anarquista *O Inimigo do Rei* em Sampa nos anos de 1980-81. Rosely iniciou seu contato com o movimento de mulheres em 1981, participando do grupo Lésbico-Feminista (1979-81) e do SOS Mulher (1980-83). Em outubro de 1981 ela fundou com outras camaradas o Grupo de Ação Lésbica-Feminista, GALF (1981-90). A partir de 1982 passou a se dedicar exclusivamente ao Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), onde se destacou por seus manifestos e artigos nas publicações *ChanacomChana* (dez/1982 a maio/1987) e *Um Outro Olhar* (a partir de dez/1987), e pela organização de debates com grupos feministas, homossexuais e de negros, com políticos, e também por sua participação em manifestações, encontros, congressos, incluindo sua presença na mídia, se assumindo publicamente como lésbica. Foi nessa época que Rosely e suas companheiras do GALF deram entrevista *O Pasquim*, jornal alternativo anti-ditadura militar. Foi também sob a sua espontânea liderança que o GALF organizou manifestação de protesto (em 19 de agosto de 1983) no Ferro's Bar (tradicional bar lésbico), onde os proprietários haviam proibido a venda do jornal *Chanacomchana*. A manifestação reuniu ativistas do movimento homossexual e feminista, parlamentares e até representantes da OAB, alcançando grande destaque na mídia. Rosely Roth também participou, corajosamente, em duas entrevistas (em 25/5/85 e em 20/4/86) no programa Hebe Camargo, em cadeia nacional, falando abertamente sobre lesbianismo. O programa é péssimo e muito brega, mas tem uma grande penetração popular. Imagine a repercussão na sociedade brasileira. [...] Talvez tenha sido essa sua grande exposição que a fez tornar-se alvo do preconceito e de ataques dos hipócritas. Rosely Roth nasceu em tradicional família judia em 21 de agosto de 1959, fez o colégio Equipe, formou-se em Filosofia em 1981 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-graduando-se em Antropologia com os trabalhos *Vivências lésbicas – Investigação acerca das vivências e dos estilos de vida das mulheres lésbicas a partir da análise dos bares freqüentados por elas* e *"Mulheres e sexualidades"*. Infelizmente Rosely morreu. (Mensagem recebida na lista do SENALE em 26/08/2005)

Em mais uma ação política de visibilidade e empoderamento, a autora do texto toma a memória da militante Rosely Roth, para construir indícios representativos das lesbianas e de suas ações afirmativas na história dos movimentos sociais. Destacamos as matrizes: diversidade/ação política e social/sororidade, patriarcado/poder repressão militar memória social, pois, como nos lembra Navarro-Swain (2000, p. 50), "o que a memória social não retém perde a espessura de realidade".

Ao recordar-se de Rosely Roth, Maria Pessah remete ao ano de 1977, quando se conheceram. Cabe aqui pontuar que no contexto brasileiro as organizações de mulheres em movimentos sociais se intensificam nos anos 1970, denunciando o sexismo em jornais como *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós, Mulheres* (1976-1978) (RAGO, 1995-1996). O ano de 1975 também foi o Ano Internacional das Mulheres, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), junto com o Movimento pela Anistia e luta pela libertação de presos/as políticos/as, neste período. Segundo nos

326 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GÊNERO

aponta Mogrovejo, ao falar do contexto político das lesbianas feministas da América Latina, “a maioria destas mulheres foram militantes de partidos políticos de esquerda e iniciadoras do movimento feminista em 1977” (MOGROVEJO, 2000, p. 298).

O vínculo entre a militância contra o regime ditatorial e a militância lésbico-feminista é marcante nos escritos memorialistas de Pessah: “Me lembro de quando saímos da Faculdade, atravessando o corredor polonês formado pelos ratos da ditadura, e a bela Rosely Roth os enfrentou com a maior dignidade”, sua personalidade contestória foi logo dirigida para o movimento anarquista: “Me lembro também de Rosely nas reuniões libertárias dos apoiadores do jornal anarquista, *O Inimigo do Rei* em Sampa nos anos de 1980-81”. E, logo em seguida dirigida para o movimento lésbico que construía seu projeto de autonomia fora do SOMOS: “Em outubro de 1981 ela fundou com outras camaradas o Grupo de Ação Lésbica-Feminista, GALF (1981-90)”. Suas lutas e aparições em diferentes instâncias contestatórias são indícios de uma personalidade contestatória que não se deixava apreender em uma identidade fixa. É numa política memorialista que o escrito de Pessah chama para lembranças parciais de uma vida curta, porém, muito intensa. Sua intenção não é criar uma verdade absoluta sobre a vida da militante, mas simplesmente não deixá-la cair no esquecimento e mostrar às suas companheiras da lista uma experiência libertária assumidamente lésbica. Conforme observa Navarro-Swain (2000, p. 24): “A História não nos traz certezas, apenas questões sobre um humano infinitamente plural. Mas a eliminação do múltiplo se faz em apenas algumas gerações de silêncio.” Seu texto marca a vontade de não deixar sua companheira cair no esquecimento e, em acréscimo, defender a tese de que ela foi vítima do sistema opressor da repressão ditatorial. Diz ela:

Há 15 anos, em 28 de agosto de 1990, morria Rosely Roth, com apenas 31 anos de idade, jovem ainda, “assassinada” pela repressão moral clandestina, “assassinada” pela coerção social fascista dos considerados “normais”, sob os golpes do preconceito social-sexual nesta cinzenta São Paulo metrópole ocupada pela hipocrisia. Quando um preso político, torturado, vilipendiado, insultado, humilhado, recorre ao suicídio para livrar-se de um triste tormento, o responsável é o Estado fascista que o aprisionou, torturou e humilhou. (Mensagem recebida na lista do SENALE em 26/08/2005)

Dupla opressão já que a militante é apontada como sujeito atuante no movimento lésbico, diz Pessah: “incluindo pela sua presença na mídia, se assumindo publicamente como lésbica”, ela continua: “Rosely Roth foi pioneira no que se convencionou chamar de ‘política da visibilidade’”. Exposta, por um lado, à violência física imposta pelo sistema político no contexto nacional da época e, por outro lado, à violência simbólica e material imposta pelo sistema patriarcal, a militante não suportou tamanha pressão e cometeu o suicídio. Suas lembranças são evocadas em vários momentos nos boletins *Chanacomchana* e, mais tarde, no *Boletim UOO*, refletindo a necessidade de discussão das memórias do movimento lésbico, seja através de

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **327**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

eventos, seja pela criação de grupos que recuperem figuras que subverteram a ordem patriarcal e hoje são exemplos para romper o silêncio da opressão histórica contra mulheres e lesbianas.

A discussão sobre a relação entre história e memória é um dos grandes debates teóricos que atravessa várias gerações de historiadores, pois envolve os objetivos e fundamentos do trabalho histórico. Atualmente, a maioria dos autores concorda que a memória não pode ser vista simplesmente como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, de importância secundária para as ciências humanas. Trata-se da construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais. Há também um consenso de que a história não tem mais a pretensão de estabelecer os fatos como realmente aconteceram. No entanto, persiste uma série de diferenças com relação a como considerar a memória para a construção de uma interpretação histórica. Mesmo sem haver uma resposta definitiva, uma maneira de entender a problemática é retomar o desenvolvimento do estudo da história e como foi sendo considerada a utilização de fontes tidas como registros memorialistas, como as fontes orais, ao longo do tempo (RAGO, 2002; THOMPSON, 2002). É assim que encontramos a memória de Rosely Roth nas lembranças de suas companheiras que a apresentam como uma personalidade contestatória, forjada no seio de múltiplos locais de fala e uma das precursoras do movimento lésbico emergente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 no Brasil.

Considerações finais

O trabalho da historiadora Tânia Navarro-Swain despertou-nos o interesse em estudar a construção da lesbianidade em uma perspectiva feminista. Em seu livro *O que é lesbianismo*, a autora inicia o primeiro capítulo com a afirmativa “o que a história não diz, não existiu” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 13), instigando-nos a questionar sobre a existência lesbiana: quando e como surgem as lesbianas no discurso social? Como elas aparecem na historiografia? A história é um discurso construído em um regime de representação social específico, por sujeitos nele inseridos.

Logo, os registros da história não são tanto marcas do passado, quanto são discursos produzidos e produtores de verdades; assim são alguns dos muitos discursos a respeito do mundo. Para Jenkins (2001, p. 104), a história é “uma prática discursiva que possibilita as mentalidades do presente irem ao passado para sondá-lo e reorganizá-lo de maneira adequada às suas necessidades”. Vários são os autores que questionam a ideia de um passado intocável que é “resgatado” pelo fazer histórico, pois ninguém resgata nada do passado, mas sim busca indícios para então construir um discurso sobre o que passou. Para Margareth Rago, trata-se de elaborar e cons-

328 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GÊNERO

truir o passado. Ao buscar indícios, vestígios do passado, encontramos fragmentos de discursos que foram produzidos e que são, portanto, produtos sociais de uma determinada época, contexto social e, ao mesmo tempo, são uma produção humana, uma narrativa construída por determinados sujeitos, sujeitos da história ou objetos da narrativa. Constituem, segundo Jenkins, um constructo lingüístico intertextual, “um dentre uma série de discursos a respeito do mundo” (JENKINS, 2001, p. 23).

Entendemos que tanto os boletins *Chanacomchana* como os outros materiais lesbianos que analisamos neste artigo formam discursos, são formas de linguagem em ação (MAINGUENEAU, 2002), que produziram e produzem efeitos de sentidos em suas diferentes condições de produção. Esses discursos veiculam valores em representações sociais e permitem se detectar as condições de possibilidade de suas práticas. Ao contar suas próprias histórias, ao se mobilizar, ao afrontar o olhar social, ao afirmar e viabilizar uma existência negada, as lesbianas criam realidades e transformam o social (JODELET, 2001).

Abstract: The period 1957–1982 was an important phase for the expression of social movements opposing the military regime, which was in force in Brazil from 1964 to 1985. In this period of military repression, the movements of women, lesbians and gays demand for a space in the social discourse. In the Brazilian context, the presence of women in social movements become intense, denouncing the sexist domination, whereas lesbian and gays question the standards of being male and female. In order to build lesbian representative signs on the history of movements against the dictatorial regime, we point out the lesbian militancy of the Lesbian-Feminist Action Group (GALF) and the creation and issuing of the Bulletin Chanacomchana (1981–1987). The link between the militancy against the military regime and the lesbian-feminist militancy is noticing on the Bulletins, which are the source of our research. The theoretical basic points for its analysis are based on the feminist studies and on the theory of social representations.

Keywords: lesbianism; feminist theories; social movements; military dictatorship.

(Recebido em julho de 2007 e aprovado para publicação em janeiro de 2008.)

Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008 **329**





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

Referências

ALMEIDA, Gláucia Elaine Silva. *Da invisibilidade a vulnerabilidade: percurso do corpo lésbico na cena brasileira contemporânea em face de possibilidade de infecção por DST/AIDS*. 2005. Tese (Doutorado em saúde coletiva)–IMS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ATKINSON, Ti Grace. *Lesbianisme et féminisme: odyssee d'une amazone*. Paris: Editions des Femmes, 1975. p. 99-104.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n.1, 1982.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n.3, 1983.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n.4, 1983.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n.8, 1985.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n.12, 1987.

BOLETIM IAMURICUMÁ, Rio de Janeiro, edição única, 1981.

BOLETIM UM OUTRO OLHAR, São Paulo, n. 9, nov./jan. 1990.

BOLETIM UM OUTRO OLHAR, São Paulo, n. 11, inverno 1990.

BOLETIM UM OUTRO OLHAR, São Paulo, n.12, primavera de 1990.

BROWN, Judith. *A lesbofobia através dos tempos: atitudes para com o lesbianismo*. Oxford: Oxford University Press, 1996. Disponível em: <http://www.geocities.com/girl_ilga/documentos.htm>. Acesso em: 19 maio 2003.

_____. *Atos impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 149-172.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____; RUBIN, Gayle. Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 21, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Madrid: Siglo Veintiuno Ediciones, 1977.

CHAMBERLAND, Line. *Mémoires lesbiennes: le lesbianisme à Montréal entre 1950 et 1970*. Montreal: les éditions du remue-ménage, 1996.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

DELPHY, Christine. *L'ennemi principal: économie politique du patriarcat*. *Nouvelles Questions Féministes*, Paris, nov. 1970.

DRUELLE, Anick. Globalização e movimento das mulheres no Québec. *Textos de História: feminismos: teorias e perspectivas*, Brasília, DF, v. 8, n. 1-2, p. 245-267, 2000.

330 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GÊNERO

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GOELLNER, Silvana V. A educação física e a construção do corpo da mulher: imagens de feminilidade. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, ano 12, n. 16, p. 35-52, mar. 2001.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Trad. Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

JODELET, Denise (Org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

JORNAL CHANACOMCHANA, São Paulo, jan. 1981.

LAURETIS, Teresa. Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness. *Feminist Studies*, New York, v. 16, n. 1, p. 115-150, Spring 1990.

LESSA, Patrícia. Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminista. *Motrivivência*, Florianópolis, ano 17, n. 24, p. 157-172, jun. 2005.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MANGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.

MARTINHO, Miriam. 1979-2004: 25 anos de organização lésbica no Brasil. *Um Outro Olhar on-line*, São Paulo, 21 ago. 2005a. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/25anos.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

_____. *Celebrações do 19 de agosto: Dia Nacional do Orgulho Lésbico*. 2005b. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/19_%20de_%20agosto.htm>. Acesso em: ago. 2005.

_____. *Dia da visibilidade lésbica: 10 anos de uma história mal contada*. 2005. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br.htm>>. Acesso em: set. 2006.

_____. Rosely Roth. *Um Outro Olhar*, São Paulo, ano 14, n. 33, p. 8, out./dez. 2000.

_____. Seminários 'Nacionais' de Lésbicas, a quem servem? *Um Outro Olhar*, São Paulo, ano 12, n. 29, p. 11-14, dez. 1998/ mar. 1999.





Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do *Boletim Chanacomchana*

MESQUITA, Marylucia. Lesbianidades e feminismos: diálogos e confrontos. In: ENCONTRO FEMINISTA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO, 10., 2005. *Anais...* Disponível em:

<<http://www.cfemea.org.br/jornalfemea/detalhes.asp?IDJornalFemea=1375>>. Acesso em jan. 2007.

MOGROVEJO, Norma. *Un Amor que se atrevió a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina*. México: Plaza y Valdés, 2000.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. *Entre a vida e a morte, o sexo*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 28-30 ago. 2006. p. 115. Mimeo.

_____. Feminismo e lesbianismo: quais desafios? *Labrys: estudos feministas*, Brasília, DF, n. 1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/femles.html>>. Acesso em: ago. 2002.

_____. A Invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. *Textos de História: revista do Programa de Pós-Graduação em História:f, teorias e perspectivas*, Brasília, DF, v. 8, n. 1-2, 2000.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

PIOVESAN, Flávia. A Constituição de 1988. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 5., 2003, Brasília. *Anais...* Brasília, DF: [s.n.], 2003.

PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo?: feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, SP, n. 3-4, p. 11-43, 1995-1996.

_____. Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri. *História oral*, [S.l.], n. 5, p. 29-44, jun. 2002.

_____. Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global. *Labrys: estudos feministas*, [S.l.], n. 3, jan./ jul. 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys03>>. Acesso em: 4 dez. 2003.

REVISTA Um Outro Olhar, São Paulo, ano 12, n. 28, maio/ago. 1998.

RICH, Adrienne. La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne. *Nouvelles Questions Féministes*, Paris, n. 1, p. 15-43, mar. 1981.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. *A Constituição de 1988 e a democracia participativa*. Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos, Brasília DF, Agre Cooperação em Advocacy, Secretaria Especial de Direitos Humanos, abr./ jul. 2006.

SANTOS, Cecília MacDowell. Delegacias da Mulher em São Paulo: percurso e percalços. 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/dh/br/jglobal/redesocial/redesocial_2001/cap4_delegacia.htm>. Acesso em: 10 jan. 2007.

332 Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1. sem. 2008





Patrícia Lessa

GÊNERO

SOIHET, Rachel. *Encontros e desencontros no Centro da Mulher Brasileira – CMB: anos 1970-1980*. Texto apresentado pela autora durante o I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI, Salvador, 2005. Mimeo.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (Ed.). *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1993.

_____. Pratical politics and the open end. In: THE POST-colonial critic: interviews, strategies, dialogues. New York: Routledge, 1990.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. *História oral*, [S.l.], n. 5, p. 09-28, jun. 2002.

VELHO, G. (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

WITTIG, Monique. *La marca del género*. La Jornada Semanal, México, 25 out. 1998. Disponível em: <<http://www.jornada.unan.mx/1998/10/25/sem-monique.html>>. Acesso em: ago. 2005.

_____. *O pensamento hetero*. 1980. Disponível em: <http://www.geocites.com/girl_ilga/documentos.htm>. Acesso em: abr. 2002.



